



Cartografia: Vivências em Território de Práticas em Psicologia

*Íria Maria Bandeira Ferreira de Caldas¹; Andrezza Evelyn Silva Reis¹; Brennda Martinelli Pinho Silva¹;
Érika Campos de Oliveira¹; Hérciles Vinícius Pereira Sisanando¹; Hian Cassyo Dantas de Oliveira¹;
Hingredy Shayenne Miranda Bezerra¹; Isaura Caroline Abrantes Silva¹; Jéssica Fernandes Freitas¹;
Maria Luisa Gomes Freire de Araújo¹; Thércia Lucena Grangeiro Maranhão²
Brennda Martinelli Pinho Silva¹*

Resumo: O presente trabalho tem como escopo relatar as atividades desenvolvidas no Estágio Básico I do Curso de Psicologia do Centro Universitário Leão Sampaio (UNILEÃO) que tem domicílio na cidade de Juazeiro do Norte, estado do Ceará, tendo como área geopolítica, escolhida pela instituição, o Bairro Juvêncio Santana, desta urbe. O estágio curricular ocorreu no período de 27 de janeiro a 14 de junho do ano em curso, perfazendo um total de 72 horas entre visitas a campo e encontros no ambiente acadêmico da UNILEÃO, tudo sob as orientação e supervisão dos professores Thércia Lucena e André Lima, respectivamente.

Palavras-Chave: Cartografia. Vivências. Território. Práticas em psicologia.

Cartography: Experiences in Practices Territory in Psychology

Abstract: This work has the scope to report the activities of the "Foundation Stage I" of the Psychology Course in the Leão Sampaio University Center (UNILEÃO) which is domiciled in the city of Juazeiro do Norte, Ceará, with the geopolitical area, chosen by the institution the Juvêncio Santana neighborhood, in the same city. The internship took place in the period from 27 January to 14 June of the current year, a total of 72 hours between field visits and meetings in the academic environment of the UNILEÃO, all under the guidance and supervision of the teachers Thércia Lucena and André Lima respectively.

Keywords: Cartography. Experiences. Territory. Practices in psychology.

Introdução

Cartografia, no presente estudo, refere-se a uma atividade em que se apresenta um conjunto de estudos, sejam científicos artísticos ou técnicos, que por base, a demonstração dos resultados de observações *in loco* ou da análise de documentos. Destina-se a elaboração de mapas, guias, cartas ou qualquer outra formas de expressão ou representação dos elementos, objetos ou fenômenos, presentes em um ambiente físico e socioeconômico, bem como a sua forma e intensidade de utilização (MORAES, 2011). Portanto, aqui, serão apresentados os relatos das experiências vividas a partir da execução de pesquisas e entrevistas realizadas em campo, utilizando os instrumentos próprios do método científico escolhido.

¹ Acadêmico de Psicologia da Universidade Doutor Leão Sampaio - UNILEÃO.

² Graduada em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas - ESUDA. Especialista em Formação de Professores para o Ensino Superior, pela Faculdade de Juazeiro do Norte. Especialista em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, pela Escola de Saúde Pública do Ceará. Atualmente é professora da Faculdade Leão Sampaio. E-mail: thercia@leaosampaio.edu.br.



É intento dos estagiários, que a este subscrevem, apresentar as diversas atividades realizadas de modo que sirvam não apenas para balizar a avaliação institucional sobre a aprendizagem dos alunos, mas, antes, como um instrumento oportuno, pelo livre acesso à comunidade acadêmica, em pesquisas sobre o espaço urbano nomeado como Juvêncio Santana no município de Juazeiro do Norte. Espera, ainda, o Grupo E, corroborar na compreensão de quão é relevante à realização dos estágios supervisionados na formação dos profissionais psicólogos e psicólogas, notadamente na construção de uma visão ecológica e sistêmica sobre as relações da pessoa humana com o meio em que está inserida.

A fim de expor como se deu o desenvolvimento das atividades propostas, o trabalho apresenta dados geográficos, demográficos e históricos sobre o bairro no qual foi realizada a territorialização; nomeia os equipamentos sociais, governamentais ou não, ali instalados, dissertando sobre como eles, nas mais diversas áreas de atuação estatal ou do terceiro setor, afetam o cotidiano dos sujeitos locais, quais suas potencialidades e vulnerabilidades; evidencia os rumos que as políticas públicas tomaram naquela área da cidade; expõe os saberes e subjetividades resultantes de todo esse crescente processo de conhecimento direcionado em termos físico ambientais embora extremamente amplo nos desdobramentos sugeridos pela multidisciplinaridade acadêmica e interdisciplinaridade da Psicologia.

Neste apanhado relatorial, construído em itens e subitens para facilitar o manuseio e direcionamento de buscas conceituais e vivenciais sobre o Bairro Juvêncio Santana, discorre-se, enfaticamente, sobre as contribuições teóricas de competentes autores que se debruçaram sobre os temas da Psicologia, preponderantemente nas áreas Social e Comunitária, primando por apresentar como a construção conceitual e análise desses mestres foi relevante durante o período do estágio. Nesta composição introdutória, cabe ressaltar que o relatório abrange todas as informações trabalhadas grupalmente no estágio, exceto as considerações finais que, destacadas individualmente, trazem impressões singulares de cada membro.

Preambularmente já se anuncia a compreensão de que, incitando a proximidade entre os estudantes da ciência psicológica e a comunidade, o estágio oportuniza o contato dos estagiários com contextos pessoais, familiares e institucionais, realizado através de atividade cartográfica, com instrumentos caracterizados por entrevistas semiestruturadas, constituindo o processo de observação participante, que gera, inclusive, uma interação entre as próprias pessoas que residem no local visitado. Dessa forma, torna-se componente valioso para o processo do conhecimento, as habilidades e as atitudes que se aproximam das dificuldades que possivelmente serão encontradas na prática profissional. Estagiar é um exercício imprescindível de articulação da prática profissional com o arcabouço teórico.

Dentre os objetivos do estágio, constaram: a) Vivenciar os territórios de prática; b) Permitir o contato do estudante com situações, contextos e instituições; e, c) Promover conhecimentos, habilidades e atitudes que se concretizem em ações próximas à prática profissional.



O Município de Juazeiro do Norte

*Juazeiro é um milagre /Que Padre Cícero fundou
De pequenina cidade /Em grande se transformou
Continua recebendo/ O romeiro que ele amou.
Rosário Lustosa, 2011*

O município de Juazeiro do Norte, situado no sul do Ceará, é a maior cidade em número populacional e em desenvolvimento socioeconômico da região Metropolitana do Cariri, com uma população oficial total de 564.478. Esse oásis nordestino conhecido como o Verde Vale, do qual fazem parte também Crato, Barbalha, Missão Velha, Jardim, Caririçu, Farias Brito, Santana do Cariri e Nova Olinda, tem a seguinte linha divisória: A Oeste, com o município do Crato – Começa no alto do Leitão; vai, em reta, ao bueiro da Estrada de Ferro sobre o riacho São José, por outra reta dirige-se ao ponto do rio Batateiras em que o mesmo é cortado pela reta tirada do Alto da Cruz do Alegre para o Alto dos Rolins.

Segue, deste ponto de origem no Alto da Cruz do Alegre; apanha aí a estrada carroçável Crato/Caririçu, e por ela vai até o divisor de águas entre o riacho do Carneiro a leste, e outros afluentes do Rio Carás, a oeste; continua por este divisor de águas até onde incide a reta tirada da ponte do Alto da Volta para a Cachoeira do Carneiro. Ao Norte, com o município de Caririçu – Começa na incidência por último referida na alínea anterior, segue pela reta aí definida até a extremidade ocidental do Alto Grande da Volta e continua pelo espinhaço do Alto Grande até a sua extremidade meridional. Ao Leste, com o município de Missão Velha – Começa no extremo ocidental do Alto Grande da Volta; segue pelo divisor de águas entre o riacho São Gonçalo, a oeste, e os riachos Pai João e Lameiro, a leste, até apanhar a ponta da serra de Sussuarana; continua pelo espinhaço desta serra até a sua ponta sul; e desta vai, em linha reta, para a ponta sul da colina Cipoal. Ao Sul, com o município de Barbalha – Começa na ponta sul da colina Cipoal, no local onde sobre a mesma incide o meridiano tirado para o norte, da intercessão do rio Salamanca com a Estrada Real e prolongado seis quilômetros; daí vai, em linha reta, ao Alto do Leitão¹.

O município possui, oficialmente, um total de 249.939 de habitantes domiciliados, sendo que 240.128 na zona urbana (distribuídos em 36 bairros) e 9.811 na zona rural. A população foi estimada para 2015 em 266.022 habitantes. Nos bairros de Juazeiro do Norte são 238.938 habitantes urbanos e 4.257 habitantes rurais. Existem, ainda, dois distritos, Marrocos (zona urbana: 11/zona rural: 2.633) e Padre Cícero (zona urbana: 1.179/zona rural 2.921). Todo esse contingente populacional está distribuído em uma área territorial de 248.832 km², com uma densidade demográfica de 1.004,45 hab/km² (IBGE, 2010).

Bairro Juvêncio Santana

¹ *ipsis litteris* descrição de Mário Bem Filho no livro Juazeiro do Norte, seu espaço físico – 2ª ed. 2001.



Tendo parte de sua área anteriormente identificada como Bairro São Miguel, com quem, por sua contiguidade, mantêm laços fortes na prática comercial e prestação de serviços, o Bairro Juvêncio Santana tem, nos últimos anos, passado por mudanças significativas, notadamente no que tange à visão sobre si mesmo e referências externas. Já tido como um local perigoso pela frequência de drogaditos e pouso de moradores em situação de rua, hoje é mais um bairro periférico que goza da proximidade do centro urbano e do Bairro Matriz, este o de maior movimento de visitantes na cidade romeira.

Mesmo sendo um bairro socialmente pouco desenvolvido, de baixa classe econômica, em sua maioria populacional, com vários problemas de estrutura urbana, como o fato de não ter saneamento básico, personalidades ilustres do universo histórico cultural e da vida política da cidade ali residem, como o Dr. Geraldo Menezes Barbosa, odontólogo e historiador, um dos maiores conhecedores da trajetória local e da vida de Cícero Romão Batista, o “Padim Ciço” como a nação romeira carinhosamente o chama, fundador e primeiro prefeito de Juazeiro do Norte. Inclusive, é de sua autoria, com música do Maestro Antônio Gondim, o Hino do Juazeiro que a seguir transcrevemos, por muito falar sobre o município.

Nos subitens seguintes constarão informações coletadas durante a fase persecutória do estágio, através dos instrumentos próprios de cartografia usados pela equipe, somados à sensibilidade do pesquisador que, como estudantes do Curso de Psicologia, estamos exercitando progressivamente. Assim, nossa percepção também fica registrada neste relatório porque assim nos permite o método de estudo empregado. Para construção da apresentação do Bairro Juvêncio Santana nos valemos também de pesquisas realizadas em livros especializados, e, ainda, dos dados coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao ano de 2010, data do último censo realizado. Segundo o próprio órgão, alguns novos dados já deveriam ter sido coletados em 2015, mas não foi disponibilizada verba governamental para cobrir os altos custos de um censo.

Contextualização histórica

Por informações de antigos moradores, o Juvêncio Santana era antes um grande terreno da tradicional família Neri que o loteou proporcionando a urbanização do lugar. Na área, que margeia a linha férrea, hoje utilizada pelo chamado Metrô do Cariri, existiam grandes crateras no solo, que muitas vezes eram utilizadas para depósito clandestino de lixo domiciliar, sendo que tais depressões geográficas foram aterradas em mutirões de homens que residiam nas imediações. Eram os primeiros sinais de surgimento de uma comunidade, transformada em bairro na área que entremeava a zona urbana e rural do município de Juazeiro do Norte.



Segundo relato histórico de Guimarães (2011), Juvêncio (Joaquim de) Santana foi o primeiro Juiz de Direito da Comarca de Juazeiro do Norte, que tomou posse em 1923, quando da inauguração da mesma. Juvêncio Santana, amigo próximo e afilhado de crisma do Padre Cícero, ocupou a função judiciária de Desembargador, foi também professor e deputado estadual, quando muito trabalhou pelo desenvolvimento do Juazeiro. Voltou a ser Juiz de Juazeiro em 1940, tendo falecido no desempenho da magistratura. Considerado uma das personalidades mais ilustres da cidade, foi homenageado com a designação de seu nome para um bairro e para o prédio onde funciona o Poder Judiciário Estadual.

Limites geográficos

Antes denominado de Malvas, o Bairro Juvêncio Santana, localizado ao Nordeste do município, tem como ponto inicial e final: cruzamento da Avenida Dr. Floro Bartolomeu com Rua São Jorge, segue pelo seu prolongamento até atingir o Rio Salgadinho e por este até a altura da estrada que sai da Avenida Prefeito Carlos Cruz para o Carité, seguindo por esta até à Avenida Prefeito Carlos Cruz e por esta até a Avenida Dr. Floro Bartolomeu e, por esta, até o ponto inicial.²

Entretanto, legislação municipal anterior ao lançamento da obra de Mário Bem Filho (de onde foram coletados os dados do parágrafo anterior) a Lei 2.569, de 08 de setembro de 2000, que dispõe sobre a Organização Territorial e estabelece novos limites para a zona urbana da cidade de Juazeiro do Norte e dá outras providências, caracteriza uma distribuição espacial, denominada como Unidades de Vizinhanças (UVs), assim identificando o espaço físico da seguinte maneira

XI - Começa no cruzamento da Rua Nossa Senhora da Conceição com a Rua São Jorge, por onde segue até a Avenida Doutor Floro Bartolomeu. Daí o limite segue por uma linha reta, que é o prolongamento do eixo da Rua São Jorge, até o ponto P17, localizado sobre o eixo do Rio Salgadinho, seguindo por esse eixo até o ponto P18, que dista 784,93m a leste e 114,81m ao sul do ponto P17. Desse ponto, o limite segue por uma linha reta até o entroncamento da Rua Rodrigues da Costa com a Rua João Rocha, por onde segue até encontrar a Avenida Carlos Cruz, por onde segue até a Rua Monsenhor Macedo, por onde segue até a Rua Nossa Senhora da Conceição, por onde segue até o ponto inicial (JUAZEIRO DO NORTE, 2000, art. 2º).

Desta forma, os que, por razões diversas, venham necessitar de orientações urbanísticas de Juazeiro do Norte, encontrarão, principalmente, esses dois indicativos para guiá-los. Entretanto, observam-se algumas discordâncias entre os mesmos. O que, talvez, venha explicar porque os limites apresentados pelo então engenheiro da secretaria de obras da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte e pelo site oficial da administração pública municipal são muitas vezes ignorados pelos moradores e por aqueles que têm alguma ligação com o bairro, como o exercício profissional. Dos discursos dessas pessoas pode-se depreender uma demarcação mais simbólica do que real, há até quem

² *ipsis litteris* descrição de Mário Bem Filho no livro Juazeiro do Norte, seu espaço físico – 2ª ed. 2001.

divida o espaço urbano usando a antiga designação da área (Malvas) como se nela ficasse uma população fora dos padrões de conduta aceitáveis socialmente e o Juvêncio Santana, onde estariam domiciliadas as pessoas de comportamento mais padronizado; há quem designe determinadas ruas como pertencentes ao bairro adjacente São Miguel, especialmente por interesses socioeconômicos. Só não há uniformidade nas informações, sejam oficiais, oficiosas ou convencionadas pelos usos e costumes locais.

Dados demográficos

Das quase quatro dezenas de bairros, o Juvêncio Santana encontra-se em situação mediana com relação ao número da população residente por situação do domicílio. Para um comparativo, o mais populoso é o João Cabral com 17.859 habitantes e o menos populoso a Cidade Universitária com 269 habitantes, sendo que o bairro em destaque possui 4.269 habitantes.

Para melhor conhecermos o lugar, além dos instrumentos utilizados no processo cartográfico realizado, tendo como metodologia direta a observação participante, nos detivemos em conhecer singularidades do bairro pelos dados geográficos e estáticos pesquisados e catalogados por um organismo público, em 2010, como referido, que aqui registramos, comparando-os com os números do país como um todo:

População residente

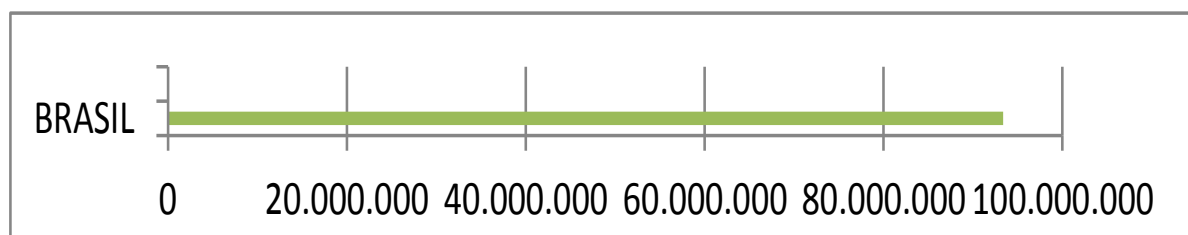


Figura 1. Pessoas residentes no bairro Juvêncio Santana com sexo masculino.
Fonte: IBGE (2010)

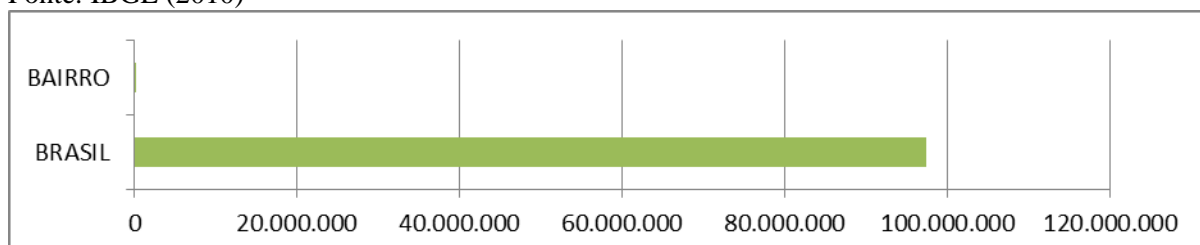


Figura 2. Pessoas residentes no bairro Juvêncio Santana com sexo feminino.
Fonte: IBGE (2010)

Como já apresentado, os dados fornecidos pelo IBGE do último censo realizado (2010), são um comparativo entre o bairro Juvêncio Santana e o Brasil, o órgão já citado não dispunha dos dados em relação à cidade de Juazeiro do Norte. Seguindo isso, a população de moradores do bairro do sexo masculino era constituída por 2.005 moradores e 2.291 do sexo feminino, como apresentado nas Figuras 1 e 2.

Situação econômica

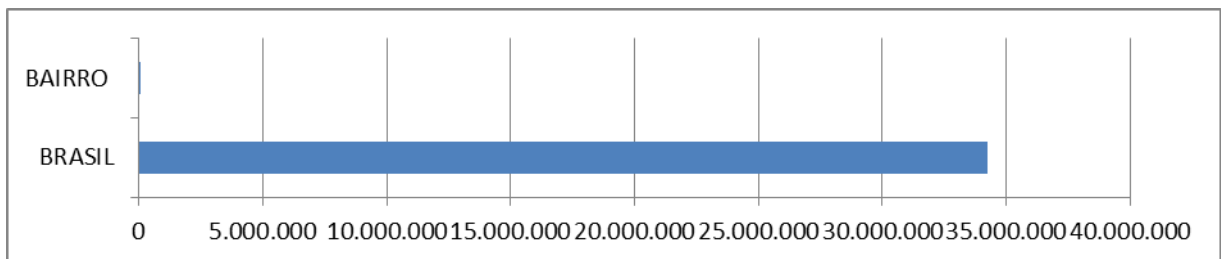


Figura 3. Pessoas de 10 anos ou mais de idade com classes de rendimento nominal mensal de mais de 1/2 a 1 salário mínimo (R\$ 510,00)

Fonte: IBGE (2010)

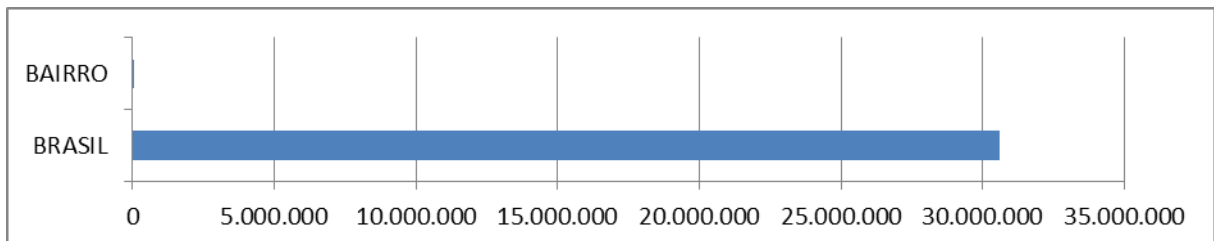


Figura 4. Pessoas com 10 anos ou mais de idade com classes de rendimento nominal mensal de mais de 1 a 2 salários mínimos (R\$ 510,00)

Fonte: IBGE (2010)

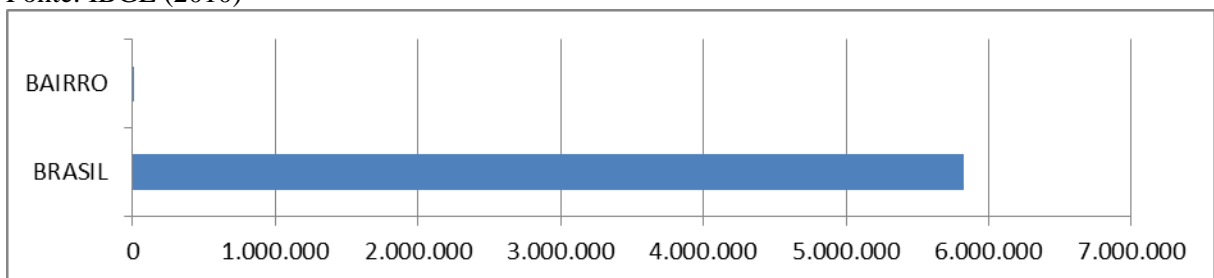


Figura 5. Pessoas de mais de 10 anos ou mais de idade com classes de rendimentos nominal mensal de mais de 5 a 10 salários mínimos (R\$ 510,00)

Fonte: IBGE (2010)

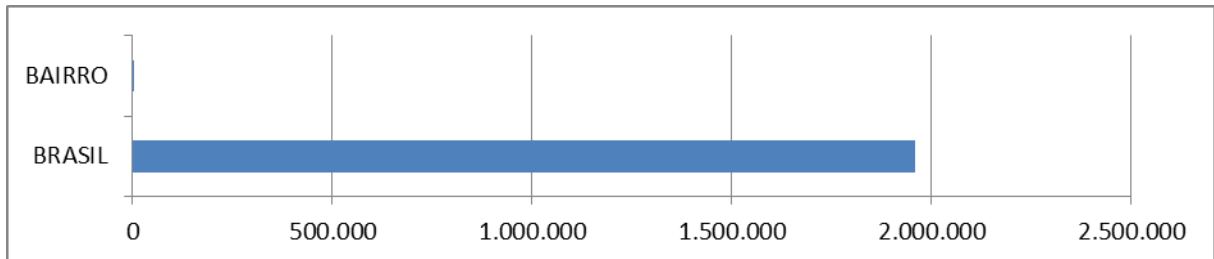


Figura 6. Pessoas de mais de 10 anos ou mais de idade com classes de rendimento nominal mensal de mais de 10 a 20 salários mínimos (RS 510,00)

Fonte: IBGE (2010)

Os dados apresentados pelas Figuras 3, 4, 5 e 6 representam a situação econômica dos moradores do bairro a partir do rendimento nominal de pessoas com 10 anos ou mais de idade. Cabe ressaltar que pela data dos últimos dados coletados pelo IBGE, o salário mínimo no decorrer de seis anos sofreu diversas alterações, tanto que não se apresenta nos dados tal qual está nos dias atuais. Contudo, esses dados estatísticos nos fornecem uma base para pensar em como essa situação se apresenta hoje e ainda, como isso constitui a história do bairro. Um total de 1.209 pessoas com 10 anos ou mais de idade recebia valores entre meio e um salário mínimo; 448 arrecadavam entre um e dois; 40 entre cinco e dez; e apenas 7 recebiam valores entre 10 e 20 salários mínimos.

Educação formal

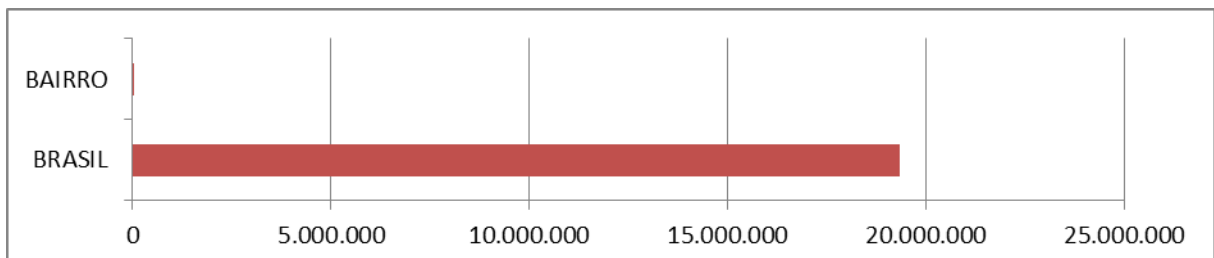


Figura 7. Pessoas de 5 anos ou mais de idade não alfabetizadas

Fonte: IBGE (2010)

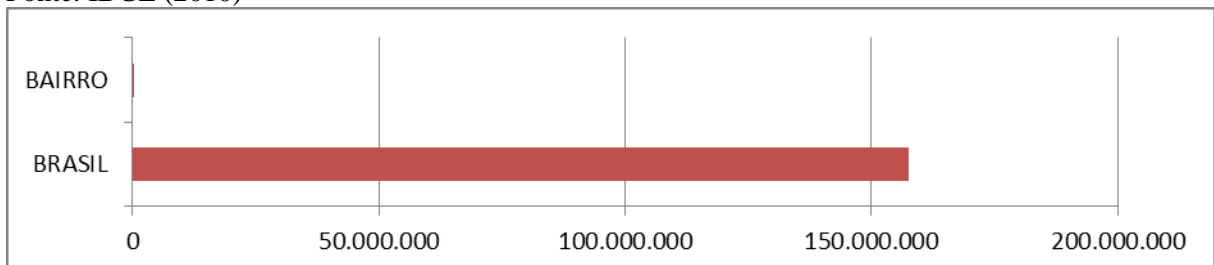


Figura 8. Pessoas de 5 anos ou mais de idade alfabetizadas

Fonte: IBGE (2010)

As taxas de alfabetização de pessoas com 5 anos ou mais de idade estão retratadas nas Figuras 7 e 8. Desses números, um total de 580 não era alfabetizado e 3.404 possuíam essa característica.

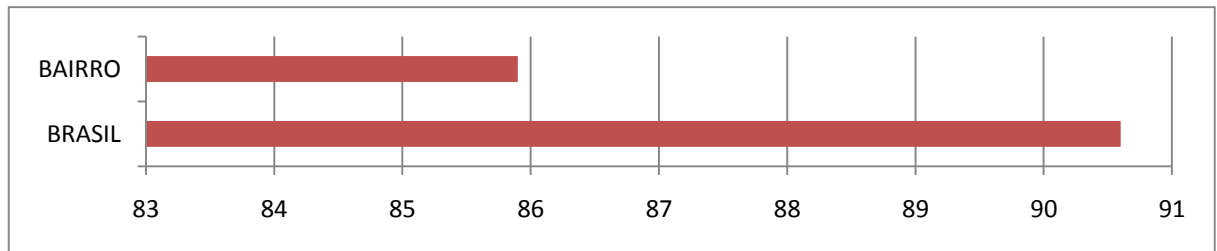


Figura 9. Percentual de taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade do sexo masculino

Fonte: IBGE (2010)

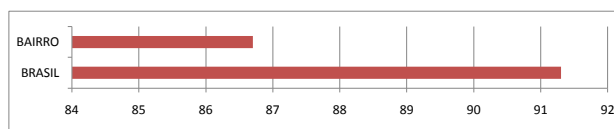


Figura 10. Percentual de taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade do sexo feminino.

Fonte: IBGE (2010)

Trazidos em porcentagem, os dados referentes à taxa de alfabetização da população com 10 anos ou mais de idade, mostram que 85,9% dos homens eram alfabetizados e 86,7% das mulheres também.

A partir dos dados apresentados, é possível perceber que a maioria da população do bairro Juvêncio Santana no ano de 2010, constituía uma população de baixa renda. De sua população com 5 anos ou mais 13,58% ainda não eram alfabetizados. Dados assim, nos dão um embasamento para pensar como o estigma da pobreza atua sobre a construção histórica-social do bairro e como esta influencia na construção da relação indivíduo-ambiente. Percebe-se que o estereótipo construído do lugar como um bairro com um grande contingente de pessoas pobres pode ter sido construído com a combinação proposta pelos gráficos em questão: percentual alto de analfabetismo e baixa renda econômica. Salienta-se que o território que antes era chamado de Malvas apresenta-se para os residentes do bairro como não dotado de identificação, remetendo-se a pobreza e violência. Por outro lado, o título Juvêncio Santana remete-se a uma nova significação dada ao território, preenchida por melhorias.

Os Equipamentos Sociais Presentes no Bairro



A minimização da pobreza, da vulnerabilidade e da exclusão social pode ser tomada como o foco principal dos equipamentos sociais. Porém, antes de falarmos diretamente dos mesmos parece-nos necessário entendermos o que são as redes sociais. O termo “rede” remete-nos a pensar uma estrutura que a partir de uma conexão entre as suas diversas partes formam um todo com uma organização própria, assumindo assim o compromisso de mediar o compartilhamento dos pensamentos entre os sujeitos possuidores de vontades e propósitos que não se dissociam dos outros (CASTELS, 1999).

Estas redes criam laços entre os sujeitos, no qual por meio de um arranjo que visa à democracia e igualdade entre os pares buscam alcançar objetivos que beneficiem a todos, modificando positivamente as organizações necessárias através de ações concretas que os levam a conseguir as conquistas almejadas o mais velozmente. Os equipamentos sociais podem então ser entendidos como eixos do seu funcionamento, no qual se estabelecem como sendo um mecanismo da mesma que trabalha com o fortalecimento dos residentes na localidade e com a mitigação das problemáticas sociais. Tais locais agem criando uma maior relação entre o cidadão e as políticas, articulando-se para melhor satisfazer as exiguidades do local, abrindo oportunidades para que os que se utilizam desses equipamentos tornem-se sujeitos da comunidade, agindo em prol do seu desenvolvimento e do coletivo, exercendo assim a sua cidadania (GRANOVETTER, 2005).

Segundo Metelo *et al* (2010, p. 71) tais serviços citados agem

[...] no combate à pobreza e exclusão social, sendo “privilégio” da sua ação contribuir para a melhoria da qualidade de vida e de bem-estar das pessoas, promovendo a dignificação humana e fomentar o envolvimento da sociedade civil numa lógica de maior coesão e partilha de responsabilidades.

Com isso, reconhecemos à extrema importância de tais ações político-sociais devido ao seu intermédio na efetivação das potencializações sociais, produzindo junto à população uma nova forma de viver, garantindo ao sujeito a sua participação na construção de sua realidade, e permitindo que o mesmo seja ativo na busca de melhorias para si e para a coletividade.

Saúde

No que diz respeito aos equipamentos sociais referentes à saúde no Bairro Juvêncio Santana, temos a Unidade Básica de Saúde (UBS) e a Estratégia Saúde da Família (ESF), a UBS localiza-se na Rua Padre Medeiros, Nº 235, tais unidades também chamadas de Centro de Apoio Para o Programa Saúde da Família, sendo totalmente gratuito o acesso a estes equipamentos, tendo a cobertura pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

A ESF foi criada em 2006 a partir de uma reformulação do até então Programa de Saúde da Família (PSF) de 1994, que se firmou enquanto ponto chave para atenção básica da saúde, tal reelaboração decorreu de um “Pacto de Gestão” entre as três esferas de governo – Ministério da



Saúde, Secretárias Estaduais e Municipais de Saúde – voltando à atenção a promoção da saúde familiar como forma de robustecer a atenção básica de saúde levando em conta a loco-região (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Segundo Silva (2010, p. 763), a “ESF propõe a prestação de uma assistência que vá além do corpo biológico e que seja capaz de alcançar os seres humanos em sua complexidade e integralidade”. Trazendo a família como o objeto de maior atenção, não esquecendo o meio no qual esta se encontra inserida, onde criam laços para além do seio familiar e iniciam-se as constantes buscas por uma melhor qualidade de vida (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1997).

Com base em tal conceito, compreende-se que o trabalho de tal equipe não se restringe a área da UBS, pois a mesma deve buscar a criação de laços entre os moradores das localidades e assim fazer um acompanhamento efetivo do processo de saúde-doença dos indivíduos e incentivar a mudanças comportamentais em busca de uma melhor qualidade de vida. Na busca de alcançar os objetivos propostos, inicialmente a ESF realiza o mapeamento do local, em seguida realizam o “diagnóstico de saúde da comunidade” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Segundo Oliveira e Spiri (2006), o ESF busca ainda uma humanização do atendimento em saúde esforçando-se em satisfazer aquele que se utiliza dos serviços, intermediados por laços que se construíram no processo de cuidado permitindo a esse sujeito seu direito de acesso aos cuidados de saúde.

De acordo com o que foi relato por moradores dos quais obtivemos contato, a UBS que assiste os moradores da localidade parece suprir as demandas que chegam até ela, mesmo com muitas dificuldades que são inerentes aos serviços públicos. Entretanto, outros residentes apontam as péssimas condições estruturais da unidade e a desatenção dos gestores a esses aspectos. Faz-se necessário que o direito a promoção, prevenção e tratamento à saúde sejam efetivamente garantidos a todos.

Assistência Social

Ao falarmos sobre Assistência Social, é sabido conhecer os principais equipamentos que representem esse serviço. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que tem como função fornecer a proteção social básica ao indivíduo, trabalham com vulnerabilidades e buscam o fortalecimento de vínculos das famílias. Apresentam também o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que funciona assegurando o atendimento mais especializado aos grupos familiares e indivíduos em situação de risco que tenham seus direitos possivelmente violados ou em risco (OLIVEIRA et al, 2011). É válido salientar que esses tópicos serão abordados mais detalhadamente em pontos posteriores.



Visto o quão importante é a eficácia e o funcionamento desses serviços, no Juvêncio Santana não foi detectada a presença de tais serviços que ofertem essas políticas de assistência social. Quando os indivíduos necessitam dos equipamentos ofertados por estes órgãos, têm que se deslocarem para localidades próximas onde podem encontrá-los. Os aparelhos sociais de referência que assistem essas pessoas estão localizados no bairro São Miguel.

Constatamos a existência do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), tal equipamento configura-se no trabalho de Proteção Social Especial de Media Complexidade, sendo este um equipamento público, que trabalha buscando uma integração com os demais serviços de assistência com o objetivo de assegurar os direitos dos indivíduos e levá-los a desenvolverem a sua autonomia, possibilitando a construção de novos caminhos para uma melhor qualidade de vida (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2011).

A partir dessa análise feita, expõe-se a carência do bairro pela necessidade de políticas assistenciais. Apresenta-se também o avantajado número de demandas que os CRAS e CREAS recebem, e de como a não ampliação desses serviços para vários bairros como o Juvêncio Santana torna à busca por auxílio social desgastante para o usuário do serviço. Acentua-se também que o apoio social pode surgir das relações comunitárias constituídas pelos próprios sujeitos da comunidade, unidos no objetivo de ressignificar a realidade em que estão inseridos, na busca por direitos e equidade.

Educação

Os equipamentos educacionais, assim como os educacionais e assistenciais remetem-se a constituintes do contexto social dos residentes. Ressaltando o contexto de vulnerabilidade do território observando, percebe-se a imprescindibilidade de uma educação aplicada ao desenvolvimento do ser humano não apenas como fonte de capital humano em um mercado de trabalho competitivo, mas utilizar os mecanismos de aprendizagem como instrumento que pode visar a problematização dos sistemas sociais. Em uma educação que buscasse o desenvolvimento humano, a população juvenil obteria mais possibilidades de ressignificar a sua conjuntura sócio-política. De acordo com Severino (2000, p. 66), “é necessário considerar a dura realidade do contexto histórico latino-americano, em que as marcas da exclusão humana continuam com presença muito forte”.

Assim, Severino (2000) aponta que a educação precisa ser vista não como processo mecânico, mas como desenvolver de potencialidades e construtor de um homem verdadeiramente social. Caracterizada como processo dinâmico de intervenções sistematizadas, visa estratégias para melhorias na sociedade de modo integral. Sendo, portanto, entendida como mediação sociocultural básica entre



todas as comunidades humanas. Enxergando homens e mulheres como seres históricos, a educação precisa situar-se como processo de construção.

A educação, como processo pedagógico sistematizado de intervenção na dinâmica da vida social, é considerada hoje objeto priorizado de estudos científicos com vistas à definição de políticas estratégicas para o desenvolvimento integral das sociedades. Ela é entendida como mediação básica da vida social de todas as comunidades humanas (SEVERINO, 2000, p.66).

Conforme Gadotti (2000), a educação pode ser compreendida como uma forma de transmissão de cultura, sendo notoriamente importante na formação de um sujeito atuante e consciente dos seus direitos e deveres. A prática educacional é executada de forma diferente em cada âmbito cultural, sendo assim, todo grupo da sociedade é responsável pela forma de educar praticada, podendo ser vista como responsável pela perpetuação de um corpo social não apenas nas escolas, mas na própria sociedade em suas dinamicidades culturais. Falar sobre essa temática, muitas vezes está atrelado somente a índices em ambientes escolares como as notas, mas as práticas não podem ser vistas apenas nesse modelo pré-estabelecido.

A educação tradicional e a nova têm em comum a concepção da educação como processo de desenvolvimento individual. Todavia, o traço mais original da educação desse século é o deslocamento de enfoque do individual para o social, para o político e para o ideológico (GADOTTI, 2000, p.4).

Costuma-se definir nossa era como a fase do conhecimento, e para chegar até esse clímax houve muito avanço e a educação deve seguir esse rumo. Pois o modelo a qual conhecemos é bastante ultrapassado, enraizado nas classes escravistas da Antiga Idade. A forma educacional tem que promover acima de tudo, um desenvolvimento ao indivíduo que a pratica para que só assim ele possa inferir no meio circundante (GADOTTI, 2000).

Destacados tais pontos, lembremo-nos de que a educação está intimamente ligada à inserção social, práticas voltadas para comunicação e atribuição do sujeito na construção de sua subjetividade. No bairro Juvêncio Santana foi encontrado escolas de ensino fundamental e ensino infantil, remetendo seguir o modelo tradicional de educação. Não adentraremos profundamente em suas dinamicidades, visto que não era proposta dessa primeira etapa do estágio, não conhecendo a realidade do seu funcionamento. Mas segundo relatos de moradores, apresenta-se um ensino que atende as demandas, dentro das dificuldades, inerentes às escolas municipais. São elas: E.E.F. Prefeito Jose Monteiro de Macedo – R. São Salvador, s/n – Juvêncio Santana, Juazeiro do Norte, e E.M.E.I. Maria Raimunda dos Anjos - R. Padre Medeiros, 33 - Juvêncio Santana, Juazeiro do Norte.

Referente à educação no Juvêncio Santana, a princípio, não nos pareceu fragilizada como as demais áreas. Como foi citado acima, não conhecemos realmente o funcionamento das escolas,



implicando assim, uma conclusão vaga no referido tema. Não podemos defender, alegando que visualmente, estruturalmente, há escolas, se não sabemos se existe a transmissão da educação, em seus âmbitos privados, e tal qual como se apresenta. É importantíssimo ouvir os moradores, pois como a própria psicologia comunitária salienta que os sujeitos não são menos importantes que o observador, visto que nós saímos e eles continuaram, mesmo que suas falas não sejam uma realidade factual, mas é uma realidade simbólica notoriamente importante. Alguns dos entrevistados, afirmaram satisfação em relação às escolas, ressaltando-se o uso da quadra poliesportiva do bairro que foi por muitas vezes citada como o único ponto de lazer existente na localidade, em que os jovens se encontram para praticar esportes e ainda algumas senhoras para fazer ginásticas, sendo ainda apontado como o ponto de encontro para alguns homens. Todavia, relatou-se que não há um âmbito escolar que ofereça o ensino médio.

Outros equipamentos

A partir dos caminhos percorridos nos foi possível perceber que no Bairro Juvêncio Santana existem várias ONG's (Organizações Não Governamentais), no qual o papel de tais organizações buscam preencher os espaços que os serviços públicos não conseguem preencher, atuando de forma independente e voluntária (BRASIL, 1993).

Segundo Bayman (1995), tais organizações são vistas de diferentes formas entre o governo e as agências financiadoras. “Para o governo, são entidades não-comerciais que não estão incluídas em sua esfera. Para as agências financiadoras, são entidades sem fins lucrativos com objetivos voltados para projetos de desenvolvimento social” (p. 183). Ainda no pensamento da autora, as próprias organizações se enxergam “como uma organização substantiva, flexível, com capacidade de auto-organização e de autogestão” (p.183).

A maioria dos serviços ofertados tem caráter social. No que se referem a questões financeiras e físicas dos projetos pactuados pelas ONG's, é necessário à transparência dessas prestações, para melhor funcionamento e apresentação dos resultados à sociedade (BRASIL, 1993). Como exemplo, encontramos no bairro a ONG Irmã Dulce que dá apoio as pessoas portadoras do vírus HIV.

Tendo ainda no âmbito privado a Casa do Idoso – Associação Assistencial José Bezerra de Menezes, localizada Rua Pedro Cruz Sampaio, 341. Esta foi construída pelo coronel Humberto de Menezes, sendo inaugurado no dia 13 de março de 1995. Segundo uma reportagem publicada no Diário do Nordeste (2010), a maioria dos idosos que lá residem são vítimas de abandonos, e nesse espaço recebem atenção quanto a alimentação e a saúde, obtendo momentos de lazer e de oração.

As Políticas Públicas da Saúde, Assistência Social e Educação



O Sistema Único de Saúde

De acordo com o Ministério da Saúde (2006) o Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado a partir da garantia do direito à saúde presente na Constituição Federal (CF) de 1988 e regulamentado pela lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, garantindo o direito à saúde a toda população através de políticas sociais e econômicas. O sistema passou a atender milhares de pessoas que antes não tinha acesso serviços de saúde. O atendimento nos hospitais públicos era reduzido e o sistema público atendia apenas a quem colaborava com a previdência social. Organizado no intuito de desconstruir uma realidade carregada de sofrimento e desigualdade social, trabalha-se não somente com a assistência médico-hospitalar, mas com a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação do sujeito.

O SUS é caracterizado por diversas atividades desenvolvidas em promoção a saúde. Para Matta e Morosini (2009), a atenção primária ou mais conhecida como atenção básica é o atendimento principiante no que se diz respeito à prevenção de doenças, acontece por meio de conversas e informações, corresponde ao entendimento de forma regionalizada concentrando-se nas comunidades, tentando resolver o que poderia causar danos futuros na saúde do sujeito e encaminha aqueles que já são nocivos para um atendimento especializado. Dessa forma, a fim de garantir os direitos apresentados na CF/88, o SUS trabalha numa perspectiva em que

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade (BRASIL, 1988).

Segundo o Ministério da Saúde (2006) a ESF trabalha numa perspectiva de atenção primária, juntamente com as UBS's concentram-se em atuar com equipes multidisciplinares promovendo campanhas em promoção a saúde, como exames, vacinas, consultas, entre outros programas que contemple uma atenção básica.

O atendimento do SUS não se limita apenas a atenção primária, existe mais duas categorias. De acordo com Ministério da Saúde (2006), a segunda remete a casos de média complexidade sendo



atendidos em Unidades de Pronto Atendimento (UPA), clínicas, responsabilizando-se por intervenções no cuidado de pessoas com casos agudos e crônicos. A terceira acontece nos hospitais de grande porte, no acolhimento de situações nomeadas de alta complexidade realizando procedimentos rigorosos lutando por a reestruturação e ressignificação da vida.

O Ministério da Saúde (2006) avalia como as políticas sociais estão atuando em benefício à cidadania. O acesso à informação possibilita aos atores sociais conhecer e apoderar-se do seu direito à saúde buscando transformações necessárias para o bem-estar. A união entre as instituições federais, estaduais e municipais é fundamental para melhoria e avanços dos serviços prestados a população.

Conforme Matheus (2014), a Política Nacional de Humanização (PNH) dentro do SUS acontece por uma óptica ética, construída através da tríade composta por os usuários, gestores e profissionais que se comprometem no cuidado com o outro, consolidando práticas voltadas para assistência. É uma política que atravessa o cuidado físico auxiliando na promoção à saúde e reestruturação social, conscientizando os sujeitos para que eles se percebam como co-responsáveis de suas atividades e produtores de autonomia na luta pela garantia de seus direitos.

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS)

Embasada nos Direitos Humanos e concomitantemente a universalização dos direitos sociais, surge o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) cinco anos após a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Segundo Quinonero *et al* (2013, p.48) “institui-se a Assistência Social como um direito social não contributivo, estabelecendo seus princípios e diretrizes, bem como a proteção a ser garantida por meio de serviços, benefícios, programas e projetos [...]”. A partir da Constituição Cidadã, expressa-se preocupações com as esferas sócio-políticas públicas assistenciais. Ademais, a LOAS apresenta que

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, art. 1º).

Diante disso, viu-se a necessidade de uma sistematização desse serviço e em setembro de 2004, foi consentida a Política Nacional da Assistência Social (PNAS/O4), com o propósito de organizar e estabelecer atividades para a maximização do SUAS, que teve seu exercício em todo o território nacional por intermédio da Norma Operacional Básica (NOB/Suas) no ano de 2005. O SUAS, de acordo com as diretrizes da Constituição Federal e da LOAS, tem com objetivo estipular os princípios e diretrizes das ações e fundamentar a assistencialização voltada para o amparo social brasileiro (SILVEIRA, 2007).



Portanto, de acordo com Quinonero *et al* (2013, p.64) possibilita-se a aproximação entre sociedade civil e Estado, quando a atribuição de serviços encontra-se mais próxima a população, buscando a equanimidade e universalidade. Dessa forma, a partir da LOAS e da PNAS cabe a cada esfera de governo formular e coordenar programas e projetos sociais. Uma das principais diretrizes relacionadas é a centralidade dos laços familiares na concepção de implantação de benefícios e serviços. Em meio a esse contexto, o SUAS insere-se tendo como um dos preceitos éticos a defesa incondicional da liberdade, da dignidade da pessoa humana, da privacidade, da cidadania, da integridade física, moral e psicológica e dos direitos socioassistenciais.

Tudo isso significa que a situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem (BRASIL, 2004, P. 15).

Silveira (2007) descreve que o SUAS contribui com o Sistema Unificado tendo a funcionalidade de legitimar e sistematizar as atividades socioassistenciais com uma óptica voltada ao bem-estar do conjunto familiar e a todos que necessitam do serviço. A atuação dessa política consiste em uma organização que se estabelece entre proteção social básica e proteção social especial. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2005), a proteção básica se detém aos cuidados preventivos daqueles sujeitos que estão em situação de risco. Nesse âmbito é trabalhada a prevenção, o desenvolvimento de potenciais e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Esses cuidados primários são trabalhados com aqueles indivíduos que tem um acesso precário aos serviços públicos e que estão em situação de pobreza, por exemplo.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2005) ainda descreve a existência de um segundo nível de cuidados que é denominado Proteção Social Especial. Voltada para os sujeitos que tiveram seus direitos violados, esse amparo dá enfoque aos indivíduos tiveram sofrido violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual e rompimento com os laços familiares. Divergente da atividade de prevenção, a atenção social especial se configura como uma proteção ao sujeito, pois é imprescindível o acompanhamento individual e familiar com maior maleabilidade nas possíveis soluções.

Considerando os aspectos citados a cima, Silveira (2007) relata que o SUAS também tem cooperado com o desenvolvimento gerando ordens de funcionamento e implementação como no caso dos CRAS. Em decorrência disso são valorizadas as práticas que geram potencialidades no sistema unificado que buscam por direitos e pela socialização no intuito de uma desconstrução das desigualdades. As práticas que abrangem as políticas sociais auxiliam propiciando novas possibilidades que sustentam a formação de criticidade nos indivíduos e isso será possível por



intermédio de atividades embasadas em um plano societário que possui como ideal primordial a proteção dos direitos humanos, a liberdade, a democracia e a justiça igualitária.

Mediante a contextualização já feita, é relevante reforçar que o SUAS se configura como um sistema de serviços que garante o suporte cabível para todos que necessitam dessa política. Esse emaranhado de atividades e leis permite o acolhimento e o empoderamento do sujeito em sua vulnerabilidade e a luta pela equidade dos direitos humanos alicerçados pela Constituição Federal de 1988 a fim de tornar o indivíduo ciente de seus direitos e deveres frente ao estado.

As principais Políticas da Educação

A Constituição Federal de 1988 retrata uma asseguarção legislativa quanto aos direitos sociais do brasileiro, em razão de estabelecer uma série de dispositivos que assegurem ao cidadão brasileiro condições básicas necessárias para uma existência digna e condições de trabalho ideais. Por consequência, é nessa configuração que o direito a educação surge, como um direito social do sujeito que visa garantir aos indivíduos condições materiais imprescindíveis para que se obtenha o pleno gozo dos seus direitos. Diante disso, tende-se a exigência do Estado como interventor na ordem social que assegure os critérios de justiça distributiva e da equidade que se realiza através da atuação estatal com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais (PESSOA, 2016).

Ressalta-se que além da Carta Magna vigente, também há duas normas que regulamentam e corroboram para o direito a Educação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). As políticas educacionais do território brasileiro referem-se à educação como serviço social abrangente “dos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, conforme a Lei 9.394 (BRASIL, 1996, art. 1º).

A LDB estabelece princípios e objetivos do ensino, em que as práticas escolares devem vincular-se a inserção da criação nas relações sociais, ou seja, a sociabilidade e à instrumentalização teórica para inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

Dessa maneira, é previsto que ocorra obrigatoriamente:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) aos de idade, organizada da seguinte forma: (redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) a) pré-escola (incluído pela Lei nº 12.796, de 2013), b) ensino fundamental (incluído pela Lei nº 12.796, de 2013), c) ensino médio (incluído pela Lei nº 12.796, de 2013); II – educação infantil gratuita às crianças até 5 anos de idade (redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013); III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (redação dada pela Lei nº 12.796, de



2013); IV – acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos que não os concluíram na idade própria (redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013); V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (incluído pela Lei nº 12.796, de 2013); IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem; X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade (incluído pela Lei nº 11.700, de 2008) (BRASIL, 1996, art. 4).

De acordo com a Lei citada acima, sancionada pelo Congresso Nacional decreta-se que o ensino deve ser ministrado obtendo como base os seguintes princípios e concepções:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII – valorização do profissional da educação escolar; VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX – garantia de padrão de qualidade; X – valorização da experiência extra-escolar; XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. XII – consideração com a diversidade étnico-racial (incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996, art. 3).

Destaca-se também nesse preceito que o direito à educação é um direito de todos, cabendo à responsabilidade dessa efetivação “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996, art. 8). É verídico que se deve partir do poder público a proposta de ofertar formas de ingresso ao ensino fundamental e que qualquer pessoa pode ter acesso a essa forma de educação e exigí-la do Estado (BRASIL, 1996, art. 5).

Com base nessas implicações, podemos salientar que a educação sempre foi pauta para relevantes discussões, e que regida por lei, o Estado deve ofertá-la para todos que necessitam. A fim de uma sociedade mais justa e na intenção de contribuir para o desenvolvimento individual e do país como um todo, esse conjunto de aplicações deve exercer a intenção de ajudar na construção de igualdades e direitos.

Uma Análise Sobre as Vivências e a Produção de Sentidos



As atividades desenvolvidas no campo

No decorrer do período do Estágio Básico I, foram realizadas ações na intenção de cumprir o objetivo final proposto, a territorialização do bairro Juvêncio Santana. Nesse fito, realizamos as seguintes atividades: observação da comunidade, emprego de instrumentos que visam coletar dados, construção do mapa falante e do mapa afetivo. Ademais, os alunos desenvolveram um diário de campo a cada processo observacional no território apontado, envolvendo questões descritivas do que foi percebido, a mobilização de afetos e o uso da articulação teórica. Em seguida, apresentaremos como ocorreu esse processo pautado no método de observação participante com o auxílio da entrevista semiestruturada e o desenvolvimento e importância de cada um dos instrumentos utilizados na coleta de dados, esses últimos estarão disponíveis ao final desse relatório em anexos.

As observações e as coletas de dados

A partir da relação com o campo em discussão, o grupo observou como se dava o cotidiano dos moradores do espaço denominado Juvêncio Santana, sendo autorizados e instigados a intervir nesse ambiente específico através do uso de entrevistas planejadas pelos professores orientadores e também com questionamentos que surgiram a partir da relação dialógica com a população. Dessa forma, discutimos com os informantes a respeito da percepção da realidade que vivenciam a partir dos instrumentos que serão descritos nos próximos tópicos.

Enquanto importantes constituintes da pesquisa qualitativa foram utilizados principalmente os métodos de entrevista semi-estruturada e observação participante. Esse último permite com que os estagiários aprofundem-se na interpretação e compreensão da existência humana, analisando a realidade social em que o sujeito está inserido. Os observadores são caracterizados como interventores em um processo relacional com os indivíduos do espaço estudado. Consonante a isso, Uwe Flick (2009), afirma que as “principais características do método dizem respeito ao fato de o pesquisador mergulhar de cabeça no campo, que observará a partir de uma perspectiva de membro, mas deverá, também, influenciar o que é observado graças a sua participação” (p. 207).

As características de condução metodológica listadas por Jorgensen (1989 *apud* Flick, 2009) relacionam-se ao interesse pela interação humana em ambientes específicos e com o advento da localização no presente como fonte de investigação da vida cotidiana. O pesquisador procede de uma lógica investigativa ilimitada, flexível e oportunista, pois o processo exige uma redefinição constante daquilo que se instaura como problemático, uma vez que o objeto de estudo são seres humanos não



estáticos, mas construídos subjetivamente de forma multifacetada, envoltos na complexidade de fatores envolvendo o paradigma biopsicossocial-espiritual-ecológico.

De acordo com Flick (2009), no que se relaciona particularmente a esse método, ele retrata que "a ação do pesquisador no campo é entendida não apenas como um transformador, mas também como uma fonte adicional de conhecimento ou como um alicerce" (p. 210). Em similitude a isso, Góis (2008) retrata o estagiário como agente de transformação social na comunidade em que está inserido. Buscando desenvolver o bairro a partir de uma visão biocêntrica e sócio-cultural, há uma busca pelo processo de potencialização dos sujeitos a partir do empoderamento e da conscientização desses indivíduos. A conscientização apresenta-se como âmago da mudança social, em que o sujeito se atenta a sua condição de vulnerabilidade, a sua opressão e alienação, mas também se adentra na reflexão sobre suas potencialidades e resistências que se apresentam conjuntamente quando é alcançada a realização do diálogo problematizador com outros residentes do bairro, podendo ser facilitado pelo agente externo.

A entrevista semi-estruturada fez-se presente como outro meio relevante na coleta de dado. É característica desse método o uso de um roteiro previamente estabelecido que, posteriormente, pode vir a ser complementado durante a fala do entrevistado com questões referentes a circunstâncias apresentadas nesse momento. Segundo Boni e Quaresma (2005, p. 75), "esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados". Nessa perspectiva, esse formato de entrevista colabora para a exploração de aspectos subjetivos e afetivos trazidos na fala do informante. A espontaneidade com a qual fatos podem ser relatados pelo entrevistado permite que apareçam fatos inesperados por parte do entrevistador, o que muitas vezes contribui significativamente para os resultados da pesquisa. Dessa forma, o objetivo a ser atingido a partir da utilização da entrevista semi-estruturada seria uma maior clareza nas descrições coletadas sobre a realidade social na qual o sujeito pesquisado se encontra e como essa participa na formação da consciência do falante.

Logo, o grupo de estudantes estagiários considera que as atividades planejadas foram desenvolvidas com êxito. A partir delas foi possível refletir sobre o sistema simbólico singular do bairro Juvêncio Santana, enfocando no que propõe a primeira etapa do Estágio Básico, a construção da cartografia e a territorialização do espaço, entendendo, contudo, a importância dessas etapas na compreensão do espaço físico (território) na construção das relações sociais, do modo de vida e da subjetividade dos moradores do bairro.

O mapa falante

O mapa falante, enquanto um dos instrumentos utilizados no processo de territorialização durante o estágio caracteriza-se como um elemento importante na interação e conhecimento do espaço



físico do bairro Juvêncio Santana, possibilitando aos estagiários conhecer problemas, contradições e potencialidades existentes na realidade do lugar, fornecendo o embasamento necessário para o planejamento de prováveis intervenções a serem desenvolvidas nos próximos módulos do estágio. Além disso, é a partir da construção desse mapa que os estudantes têm a oportunidade de localizar aparelhos e instituições sociais, como escolas, creches, unidades de atenção à saúde e à assistência social, sejam governamentais, ou não, mas que quase sempre estão presentes no cotidiano dos moradores do bairro e que, por isso, precisam ter sua importância valorizada.

A confecção do mapa falante configurou-se a partir da cartografia. Esse mapa engloba o conhecimento do território em sua multiplicidade e heterogeneidade, corroborando para a compreensão do lugar. Dentre as características a serem analisadas no território, salienta-se: aprofundamento histórico da comunidade, perceber como os indivíduos distribuem-se nesse território e quais os pontos de maior vulnerabilidade, retratar a forma de pavimentação e as principais ruas e vias de acesso, as características do solo e como se configura a coleta de lixo e o saneamento básico que inclui o abastecimento de água e o tratamento do esgoto (SANTOS; PEKELMAN, 2008). Retratando o segundo elemento constitutivo do mapa falante, o procedimento cartográfico, podemos entendê-lo como:

A realidade, apreendida pelo viés da imanência e da exterioridade, é, sobretudo, uma reunião de linhas subjetivas e sociais, de natureza e de cultura. [...] o que a cartografia persegue, a partir do território existencial do pesquisador, é o rastreamento das linhas duras, do plano de organização, dos territórios vigentes, ao mesmo tempo em que também vai atrás das linhas de fugas, das desterritorializações, da eclosão do novo. Cartografar é mergulharmos nos afetos que permeiam os contextos e as relações que pretendemos conhecer, permitindo ao pesquisador também se inserir na pesquisa e comprometer-se com o objeto pesquisado, para fazer um traçado singular do que se propõe a estudar (ROMAGNOLI, 2009, p.171).

Segundo Santos e Pelkeman (2008), "a ideia do mapa falante vem do entendimento de território e de lugar como espaço do cotidiano, vivo, pulsante, em constante transformação" (p.7). Dessa maneira, o território é constituído coletivamente e definido como delimitação geográfica, histórica, econômica, social, cultural. Assim, o uso desse instrumento configura-se como uma estratégia que permite estudar a realidade local de forma profunda e formada pelas experiências dos atores sociais.

O mapa afetivo

A afetividade na relação entre o território e o sujeito que o ocupa, apresenta-se como fator importante na tentativa de apreender como o indivíduo compreende o lugar. O mapa afetivo é



construído a partir da interação afetiva do morador com o bairro, trazendo a representação de locais que se mostrem como importantes para aquele que o constrói e ainda, segundo Alencar (2010),

A expressão gráfica, artística e metafórica das imagens e representações que as pessoas têm de um determinado lugar. Essas imagens são geradas a partir de um instrumento que possibilita o acesso a um nível de consciência da relação pessoa-ambiente, através do qual se articulam, na pessoa que o responde, a elaboração de sentimentos, avaliações e identificações com relação a um determinado lugar (p. 28).

De acordo com a autora citada anteriormente, o mapa afetivo é gerado por questionamentos que correspondem à elaboração de desejos e metáforas em respostas argumentativas e objetivas, onde é avaliada a afetividade do indivíduo para com o lugar em que reside. O desenho solicitado no instrumento permite o acesso a configurações projetivas e sentimentais de maneira aprofundada, corroborando para percebermos singulares modos de viver. À vista disso, além da produção gráfica, o instrumento gerador desse mapa propõe que a partir dele o sujeito retrate as significações, os sentimentos e as representações em relação ao bairro. Na utilização desse suporte, percebemos como principais características: a resistência dos indivíduos a desenharem, mas também uma grande simpatia e acolhimento por parte das pessoas em geral, mesmo as que não se dispuseram ao desenho.

Em seguida, a segunda parte do instrumento relaciona-se com o mapa afetivo propriamente dito. Há uma tabela, onde os estagiários transcrevem de forma verídica o que foi dito pelo respondente, as colunas possuem os títulos: identificação, estrutura, significado, qualidade, sentimento, metáfora, participação e sentido. A identificação se relaciona a informações básicas do indivíduo como sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade. O item em que os entrevistadores interpretam os dados coletados chama-se sentido. As inferências dos estagiários nesse campo são tidas a partir dos outros elementos da tabela. A estrutura possibilita ao entrevistador compreender de que forma se deu o desenho, podendo ser categorizada entre *mapa cognitivo de Lynch* ou *metafórico*, no qual esse primeiro é representado por desenhos das representações que mais se aproximem da realidade física do bairro e o segundo, a utilização de metáforas e analogias na expressão dos sentimentos do entrevistado em relação ao bairro. Os tópicos de significado, qualidade e sentimento apresentam respectivamente a explicação do desenho por parte do criador, as atribuições desenhadas acerca da percepção do bairro e a expressão afetiva representada pelo desenho. Referente ainda a representações metafóricas do bairro, a penúltima coluna a ser preenchida com o relato do entrevistado (metáfora), discorre sobre a comparação do bairro com algo, seja outro local ou qualquer coisa que, para ele, represente o bairro (ALENCAR, 2010).

Esse gerador de mapas afetivos descrito acima foi apresentado por Bonfim (2003) nas pesquisas de Alencar (2010), este último acrescentou mais uma coluna ao instrumento, alteração essa que foi utilizada em nossa pesquisa no contato com o campo. Essa última parte interroga o criador do



desenho acerca de sua participação no processo de transformação da realidade do bairro onde mora. Segundo Góis (2008), o exercício dessa cidadania implica diretamente a percepção de sujeito ativo na comunidade ou aparente negação desse papel. A consciência histórico-política dos residentes provoca desenvolvimento social, percebendo-se que há condições de potencialização pessoal da população pobre, da transformação da identidade de oprimido e explorado, identidade saudável de cidadão. Diante disso, quando esse mapa subjetivo atenta-se as questões sociológicas, encontra-se intimamente relacionado à atividade comunitária e à criação de um clima individual e social de expressão do valor pessoal e do poder pessoal, mediante a construção de espaços de emancipação, libertação e mobilização, de expressão de moradores no próprio lugar em que vivem e fazem história.

A produção do mapa afetivo possibilita ao estagiário apreender e registrar como o morador atua na comunidade. A partir das pesquisas de Bonfim (2003) citado por Alencar (2010, p. 15), é possível entender que "na relação pessoa-ambiente há fatores afetivos mediadores da participação social" e compreende que há

[...] a forma de sentir avaliar, representar, julgar, ou qualificar o local de moradia, bem como a forma que as pessoas apropriam-se ou utilizam-se deste guarda relação profunda com a participação das mesmas na vida comunitária desse local (p. 15).

Esse instrumento de pesquisa possibilitou aos estagiários apropriarem-se ainda mais de como os moradores do bairro Juvêncio Santana experienciam e transformam sua realidade, uma vez que a afetividade está intimamente ligada com esses fatores. Com isso, entender que as relações afetivas com o território e a transformação social fazem parte de um mesmo processo e que, a partir deles, se darão as intervenções planejadas para a conclusão do objetivo geral de todos os três módulos do Estágio Básico, fez-se indispensável para os estudantes à utilização do mapa afetivo enquanto modo efetivo de estruturar a vivência em campo.

O Diário de Campo

A produção do diário de campo revelou-se imprescindível para o grupo, em razão de evidenciar-se como espaço vivencial e teórico-científico. Os estagiários podem manifestar suas observações, detalhando angústias mobilizadoras, percepções sociais, posicionamentos ético-políticos e sentimentos que a comunidade produz. A importância da observação da realidade cotidiana revela-se também quando imbricamos o observado à teorias, corroborando para a construção do conhecimento científico.

O pesquisador participa e interage com a cultura, a linguagem e com os sujeitos de sua pesquisa, revela-se um meio eficaz de contemplar a multiplicidade de aspectos da realidade sócia, as contradições, a polifonia das vozes e das linguagens,



permitindo maior apreensão da realidade social tal qual ela se apresenta (FRIZZO, p.175).

Como aponta Freitag (1994 *apud* FRIZZO, 2010) "as anotações feitas no diário de campo refletem a dialética desencadeada pelo próprio processo pedagógico, como tomada de consciência de si mesma (o) e do outro" (p.170). O trabalho de campo compõe o estágio como parte fundamental, em razão de se debruçar na tarefa de atribuir primordial relevância a comunicação entre pesquisador e pesquisado, detendo uma metodologia em que estamos constantemente expostos ao novo e a problematização do ambiente. De acordo com Kátia Regina Frizzo (2010), o termo "diário de campo" é regularmente aplicado referindo-se a uma técnica específica de registro de dados nas pesquisas qualitativas e em trabalhos de campo, pois se utilizam principalmente da observação.

Similarmente conhecido como notas de campo, o diário de campo é construído após cada observação, ou seja, a cada presença no campo estudado. No caso do nosso grupo, os diários de campo foram produzidos quinzenalmente. Nele, ocorre "um caráter descritivo, cujo objetivo é captar uma imagem do local, pessoas, ações e conversas observadas e o outro marcantemente reflexivo, que inclui o ponto de vista, as ideias e preocupações do pesquisador." (FRIZZO, 2010, p.179). Conforme a autora, o caráter descritivo configura-se por ser mais extenso, pois retrata o espaço físico e o relato dos acontecimentos que englobam: a descrição das pessoas e dos objetos, das atividades e do próprio comportamento do observador. Por outro lado, o âmbito reflexivo é o aspecto subjetivo da experiência. As anotações desse aspecto incluem "reflexões sobre a análise, sobre o método, conflitos e dilemas éticos, reflexões sobre pontos de vida do observador antes de entrar no campo e o que denominam pontos de clarificação, onde se corrige erros de informação que foram registrados em outras etapas da pesquisa" (p.180).

Entendendo a interferência do caráter subjetivo do pesquisador, foi possível perceber nas discussões as diferenças perceptivas do mesmo local por parte dos estagiários em seus diários de campo. Essas disparidades evidenciam que a relação pesquisador-pesquisado é única e fomentam, dessa forma, a abertura de canais de diálogo para novas compreensões acerca do bairro, completando as impressões do local no grupo. A produção desse instrumento possibilitou ainda, a utilização de informações importantes, desde o primeiro contato com o campo, que ficaram arquivadas nos diários e que se mostraram amplamente importantes na construção desse relatório.

As orientações de Estágio

Sendo o Estágio Básico composto por momentos de orientação e supervisão, esta última acontece em campo junto ao professor-supervisor e a primeira em sala, acompanhado pela presença do professor-orientador, ambas as ocasiões se mostram extremamente importantes no desenvolvimento da



atividade dos estagiários, uma vez que norteiam as ações e propiciam e facilitam análises, reflexões e redirecionamento sobre o trabalho realizado durante a experiência. Segundo Azevedo e Andrade (2011, p.149), a função do orientador/supervisor "é auxiliar os alunos na aplicação crítica, criteriosa e reflexiva dos inúmeros conhecimentos".

Percebeu-se nas orientações que os grupos D, E e F apresentavam visões divergentes sobre os moradores do bairro, uns considerando-os sujeitos da comunidade e outros vendo-os como pessoas que apenas dividiam o mesmo espaço geográfico. Inclusive, nesse aspecto, os próprios membros do grupo E, responsáveis por este relatório, possuem as mesmas divergências, culminando com a concepção de comunidade que, descrita por Góis (2008) acerca do que se entende como comunidade

[...] delimitação geográfica e territorial; atividades econômicas e sociais comuns; mesmo nível socioeconômico; laços históricos e culturais; necessidades e problemas comuns; convivência efetiva, duradoura e direta; mesmo sistema de representações sociais; identificação entre os moradores e destes para com o lugar; espaço físico-social apropriado; e sentimento de comunidade (p.85).

Dessa forma, alguns membros consideraram como comunidade o bairro visitado, outros não, tendo os que não acordaram nada nesse sentido. Tal resultado não nos surpreendeu haja vista a observação participante, já referenciada, possibilitar diversas visões do mesmo todo, afinal a singularidade do observador é preponderante na conclusão da sua investigação.

Foi produtiva a troca de informações nas orientações a ponto de oportunizarem uma ampliação da percepção sobre o bairro estudado. Como exemplo, podemos citar a dinâmica para apresentação dos Mapas Falantes construídos nos diversos grupos. Quando da socialização dos conhecimentos e impressões angariadas, observamos as diferentes formas de reconhecimento de um mesmo espaço, ou seja, caminhando pelas mesmas vias públicas foram mapeados diferentes pontos entendidos como importantes para a funcionalidade do bairro, sendo isto o que mais nos chamou atenção.

Exemplificando o enfatizado no parágrafo anterior, um grupo registrou instituições religiosas, locais de veneração e oração, como a estátua do Padre Cícero; outro grupo descobriu e registrou a irreverência do proprietário de um brechó que, mesmo considerando o bairro fraco para o exercício comercial, desenvolveu uma empatia com alguns moradores, notadamente aqueles e aquelas que, como ele, sonhavam com a carreira artística e, a partir desse reconhecimento, passou a ajudá-los na busca de seus anseios; outro grupo focou nos equipamentos públicos e instituições de serviço à comunidade, como Unidade Básica de Saúde, creche, escolas públicas, ginásio poliesportivo, casa abrigo, dentre outros.

Com a crescente acuidade, propiciada pelo amadurecimento da observação, haja vista o tempo que, em nosso favor, possibilitou várias incursões no cotidiano dos moradores, foi possível verificar que os mesmos conseguiram desconstruir uma imagem negativa, antes vinculada àquela localidade,



que deixou de ser vista, inclusive por muitos estagiários, como um lugar violento e a ser temido. Hoje, o bairro desfruta de uma visão mais otimista dos que ali residem ou não, sendo um divisor de águas a alteração do nome do bairro (já evidenciado no item 2) de Malvas para Juvêncio Santana.

Finalizando esses momentos de crescimento acadêmico e pessoal, onde a troca de saberes ficou ainda mais evidente, participamos do VIII Seminário de Estágio Básico, com colegas do estágio básico II, no qual foram apresentadas e discutidas as diferentes formas de atuação do profissional psicólogo nos diversos contextos sociais. Os membros dos grupos distribuíram-se para participar dos debates das várias propostas e vivências e depois puderam compartilhar informalmente suas experiências.

Resumo das principais Considerações feitas pelos alunos

Andrezza Evelyn Silva Reis

O estágio serviu como um subsídio e de grande importância. Criamos um vínculo com os moradores do bairro, percebemos no olhar de alguns a empatia com a gente, parecia que já nos conheciam há muito tempo. Isso foi grandioso pra todos nós, pois nos deixou bastante motivados e com grandes expectativas para os próximos estágios II e III, ficamos com mais vontade de irmos adiante conforme o proposto.

Brennda Martinelli Pinho Silva

Enquanto proposta, a articulação entre a teoria e prática faz-se necessária para a formação do estudante no seu desenvolvimento profissional. Acredito termos atingido o objetivo, que foi de abrir espaço para a aplicação dos conhecimentos teóricos aprendidos em sala, garantindo ainda que, a partir da vivência dos conteúdos acadêmicos, o estudante possa desempenhar seu papel de forma autônoma e consciente, contribuindo para fomentar a importância da participação do profissional comprometido com a sociedade no processo de transformação da realidade e empoderamento do sujeito na comunidade. O Estágio Básico, dialoga de forma muito próxima com as concepções da Psicologia Social Comunitária.

A compreensão dos processos existentes na comunidade, facilitaram a interpretação e entendimento das atividades desenvolvidas durante a etapa de territorialização. As atividades aqui colocadas, mostraram-se de fundamental importância pra compreensão de como se dá a atuação do Psicólogo no contato com a comunidade.

A partir das atividades elaboradas e desenvolvidas foi possível conseguir dados, desconstruir preconceitos e estereótipos e construir novas percepções acerca do bairro no qual serão trabalhadas as próximas etapas. A territorialização oportunizou conhecer o local, suas vulnerabilidades e pontos positivos, fornecendo, dessa forma, embasamento para o planejamento das intervenções a serem colocadas em prática, garantindo que elas estejam em harmonia com a realidade dos moradores e vinculadas com o desenvolvimento social e a facilitação do empoderamento dos sujeitos do território.

Érika Campos de Oliveira

O referente trabalho nos permitiu construir conhecimentos, a partir de uma cartografia do local, elaborando um processo de territorialização, ou seja, o conhecimento do espaço físico e a dimensão simbólica do bairro Juvêncio Santana localizado da cidade de Juazeiro do Norte-CE.

Que o território é dotado de sentidos, e há uma apropriação de quem que o torna pertencente a ele. Lugar de produção de identidades, processo em constante construção e reconstrução que se constitui



nas relações sociais fazendo com que os membros se reconheçam e sintam participantes de um mesmo território.

A identificação com o lugar é fundamental na relação com o espaço e o que o mesmo representa a cada sujeito. O empoderamento social faz com que o indivíduo se manifeste, exercendo uma força que faz com eles se tornem ativos. Não se separa sujeito de território.

Foi-nos possível perceber através dos relatos da população que o bairro não apresenta lugares para o lazer, de forma a promover uma convivência maior entre as pessoas, o mesmo não possui lugares que possibilite essa socialização, dificultando a construção de maiores vínculos sociais.

Héricles Vinícius Pereira Sisnando

Tomando como ponto de partidas as definições apresentadas pela Psicologia Social, percebemos que o Bairro Juvêncio Santana, não se configura uma comunidade, pois muitos dos que ali residem não se sentem pertencentes à localidade. Não se veem inseridos em um processo no qual podem produzir a sua realidade. Muitos ainda parecem esperar a chegada de um agente transformador externo para que a localidade possa enfim atingir as suas potencialidades.

Diante de tais pontos, as atividades realizadas mostram-se carregadas de importância por contribuírem de forma significativa na construção de futuros profissionais, na deselitização da psicologia. Mostrou-nos ainda a importância do profissional psicólogo dentro desses espaços mais vulneráveis, a importância da ação do psicólogo, que abre possibilidades nas quais podem surgir as condições psicossociais para que o sujeito desenvolva a sua consciência crítica e, saia de uma posição subornada, para tornar-se agente do seu crescimento e desenvolvimento.

Foi uma experiência transformadora, do ponto de vista pessoal e profissional.

Hian Cassyo Dantas de Oliveira

Compreender o bairro Juvêncio Santana, proporcionou muitas reflexões sobre a história de vida de seus residentes. O relato das vivências, com recortes das descrições que foram coletadas, nos proporcionou a percepção de uma afinidade com algumas teorias.

Em meio à conjuntura política do país, foi possível vivenciar alguns imprevistos como uma greve nas escolas e nos serviços de saúde. Por intermédio da observação participante, pudemos perceber a indignação da população em relação a situação de caos que se configurou.

Em meio a esse cenário, destacaram-se algumas vulnerabilidades nos quesitos: saúde de qualidade, lazer, tratamento de esgoto, limitação quanto a ofertas de emprego, dentre outros.

O trabalho permitiu uma percepção maior sobre o papel da Psicologia Comunitária. As conversas com os moradores desencadearam uma maior consciência humana e política da situação como um todo.

Hingredy Shayenne Miranda Bezerra

O bairro Juvêncio Santana, se apresentou com muita vulnerabilidade, todavia, também com potencialidades consideráveis.

Em relação as experiências, foram todas indubitavelmente singulares, percebemos que cada morador tinha uma visão diferente do lugar, muitos veem como perigoso, outros como seguro, por isso que é importante o respeito a esse modo de ver de cada um. E por essa oscilação de conceituação sobre a realidade do Juvêncio, foi que nos deu trabalho em reconhecê-lo como comunidade. Muitos autores desse trabalho, ainda não o reconhecem, pois, essa visão parte da percepção individual, assim como os moradores apresentam as suas, também temos a nossa.

As expectativas para os próximos semestres são instigantes, visto que temos muito que aprender com a comunidade e certamente ensina-los algo. O bairro, na minha forma de perceber, se mostra como um local riquíssimo, não só historicamente, mas também culturalmente. É importante ouvir mais os moradores, pois como a própria psicologia comunitária recomenda, os sujeitos não são menos importantes que o observador. Nós saímos e eles continuarão, mesmo que suas falas não sejam uma realidade factual,



mas é uma realidade simbólica, notoriamente importante. É uma troca necessária e uma rica experiência para cada um de nós.

Íria Maria Bandeira Ferreira Caldas

Concluir esta primeira etapa deste trabalho, onde as relações profissional/clientela suavemente se esboçam, mostrou-me que o caminho está posto, restando-me, com crescente dedicação, prosseguir.

Sinto-me cônica de que psicólogas e psicólogos não possuem apenas um meio econômico de atuação profissional, mas tem em mãos uma rica oportunidade de atuar, na consecução da utopia máxima da humanidade, o ser integralmente feliz.

Este trabalho não favoreceu apenas o contato com o tecido social, mas com os pares, servindo-nos de treino para o inter-relacionamento esperado na vida profissional. Quer na clínica, quer, e muito mais, na formação das equipes multidisciplinares dos serviços públicos de saúde, educação e assistência. É preciso estarmos preparados para o trabalho conjunto, para as ações em grupo, liderando ou sob a orientação de outrem. Esta é condição *sine qua non* para a prática profissional. Os conflitos e dificuldades da experiência se mostraram como ensaios, que muito se prestam ao constructo de comportamento empático e equilibrado, contudo firme nas posturas éticas e em defesa do campo próprio do saber e atuação.

Do Juvêncio Santana também deparei a ideia de superação que, possivelmente, é comum em todo o município. A área marcada por um estigma de violência e abandono, tornou-se uma localidade até certo ponto aprazível, pelo zelo de alguns que ali residem. Embora sejam poucos os investimentos da administração pública no local.

Concluindo, se convém nomear um sentimento no qual resultaram os demais que perpassaram a experiência aqui relatada, escolho gratidão.

Isaura Caroline Abrantes Silva

O trabalho de campo permitiu um constante contato entre pesquisador-pesquisado, onde surgem relações penetradas pela constituição de vínculos sociais e por um processo de conscientização mútua. O local de estágio foi percebido como uma instância da sociedade, em que há um entrelaçamento de vários aspectos da vida humana, tais como: afeto, ambiente, relações e produções, se configurando ainda como lugar de intermédio entre família e sociedade.

Problematizando o cotidiano dos residentes de um bairro periférico e questionando os estereótipos dados ao lugar, no qual é visto como violento, foi possível desconstruir uma visão reducionista do território, enxergando-o como um lugar consideravelmente calmo e, com uma grande capacidade potencial.

Ressaltando a percepção que os informantes têm do território geográfico e do espaço de convivência, enfatizamos nos entrevistados as dificuldades e as potencialidades enxergadas assim como se questionou a respeito da mobilização social diante das dificuldades percebidas no bairro.

É possível à partir da Psicologia Comunitária, uma ação intervencionista, que possa atuar no sentido de melhorar as condições de vida de algumas pessoas, para que tentem superar suas vulnerabilidades através da compreensão dos seus direitos sociais.

De fundamental importância para a formação acadêmica foi este contato com o local de prática. As atividades desenvolvidas, apresentaram-se essenciais em razão dos instrumentos abordarem uma ampla gama de estratégias, na ação direta de despertar para as subjetividades dos envolvidos. O conhecimento do local e a aproximação com os indivíduos, suas expectativas, suas histórias, foram experiências muito gratificantes profissional e pessoalmente.



Jéssica Fernandes Freitas

Foi uma atividade indispensável para a construção da nossa identidade profissional. Enquanto sujeitos da nossa própria formação profissional, ajudou na construção de saberes, na superação do conhecimento, favorecendo uma visão do trabalho, compartilhado com o contexto teórico.

Foi uma oportunidade para desenvolver diversos procedimentos, alguns que realizamos pela primeira vez, e certamente, vamos aperfeiçoar no decorrer do tempo e, do desenvolvimento de cada tarefa. Também iremos conhecer um pouco a vida de cada morador daquele bairro estudado.

Foram vivenciados alguns desafios, que contribuíram para minha formação acadêmica. Observar e coletar dados sobre como é o bairro e, o que ele oferece para cada morador, quais os pontos positivos e negativos, como é sua a morada e como percebem suas contribuições para melhorar o bairro que moram. Trabalhar com o diário de campo, foi sensacional. Nele relatamos nossas vivências e relacionamos com a teoria. Um ponto principal ao meu ver, foi trabalharmos com o mapa falante, com o qual desenhamos o mapa e coletamos informações sobre os pontos principais que existia no bairro, como exemplo, as instituições que faziam parte do bairro Juvêncio Santana.

Sendo assim, tive oportunidades disponíveis no campo de estágio, explorei o campo ao máximo e dele, retirei aprendizados e vivências de situações inusitadas. Aproveitamos a disponibilidade dos moradores para com a nossa equipe em transmitir suas vivências e experiências no bairro.

Maria Luisa Gomes Freire De Araújo

Muito rico o contato com situações, instituições e contextos que nos possibilitam conhecimentos e habilidades que, certamente serão semelhantes às situações previstas na prática profissional. Foi, a meu ver, uma maneira de viabilizar e refletir sobre competências e habilidades previstas no curso, atuando nas necessidades de pessoas, grupos e situações na sociedade.

Os instrumentais que abordavam história de vida de pessoas que moram no Bairro Juvêncio Santana, possibilitou grande reflexões na vida pessoal de cada um dos que estavam atuando nesse local. Pessoas com vidas complicadas, que passaram situações diversas de vulnerabilidade e, a forma de superação desses sujeitos, nos proporcionou um grande incentivo para enfrentar todas as nossas próprias dificuldades.

O instrumento mapa falante, nos mostrou mais sobre a comunidade, as histórias e nos apresentou dispositivos da assistência que não tínhamos ainda acessado. O Diário de Campo que além de ser um registro de todas as atividades realizadas, possibilitou a reflexão e a articulação da prática com a teoria firmando ainda nossa base teórica e acadêmica.

Referências

ALENCAR, H. F. **Participação social e estima de lugar**: caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros da Regional III da cidade de Fortaleza pelos mapas afetivos. 2010. 227 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2010.

AZEVEDO, M. A. R.; ANDRADE, M. F. R. O trabalho de orientação dos estagiários frente aos diferentes cenários educacionais. **Currículo sem Fronteiras**. São Paulo, v.11, n.2, pp.147-161, jul./dez. 2011.

BAYMAN, F *et al.* O Privado a Serviço do Público: O Terceiro Setor e o Movimento Viva Rio. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.29, n. 4, out./dez. 1995.

BEM FILHO, M. **Juazeiro do Norte Seu Espaço Físico**. Juazeiro do Norte: ABC Editora, 2001. 296 p.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, pp. 68-80, jan./jul. 2005.



BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Estabelece a normatização do Sistema Único de Saúde**.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**.

BRASIL/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Resolução n. 145/2004-CNAS, de 15 de outubro de 2004. Publicado no DOU de 28 de outubro de 2004.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretária de Atenção a Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Manual de Estrutura Física das Unidades de Saúde**: Saúde da Família, Brasília – DF: Ministério da Saúde, 1º ed, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_estrutura_ubs.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde da Família**: Uma Estratégia Para a Reorientação do Modelo Assistencial. Brasília: Ministério da Saúde, 1997. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09_16.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Secretária Nacional de Renda e Cidadania, Secretária Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado Para População em Situação de Rua – Centro Pop. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, v. 3, 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/web/arquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Entendendo o SUS**. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2013/agosto/28/cartilha-entendendo-o-sus-2007.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2016.

Casa Chega aos 10 Anos de Assistência. *Jornal Diário do Nordeste*, 20. fev. 2010. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/casa-chega-aos-10-anos-de-assistencia-1.241473>>. Acesso em: 10 maio 2016.

CASTELS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FRIZZO, K.R. Diário de Campo: reflexões epistemológicas e metodológicas. In: SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T. (orgs). **Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 2010. Cap. 8

GÓIS, C. W. de L. **Saúde comunitária**: pensar e fazer. 1 ed. São Paulo: Aderaldo&Rothschild, 2008, 260 p.

GADOTTI, M. Perspectivas Atuais da Educação. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 14, n. 2, abr/jun.200. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200002&script=sci_arttext&tlng=p. Acesso em: 04 jun. 2016.



GRANOVETTER, M. Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão. **RAE – eletrônica**, v.6, n.1, art. 5, jan./jun. 2005.

GUIMARÃES, F. da C. História de Juazeiro. **A Comarca do Juazeiro e a Posse do Juiz Juvêncio Santana**. 2011. Disponível em: <<http://historiadejuazeiro.blogspot.com.br/2011/10/comarca-de-juazeiro-e-posse-do-primeiro.html>> Acesso em: 26 maio 2016.

JUAZEIRO DO NORTE. Lei nº 5.569, de 08 de setembro de 2000. Dispõe sobre a Organização Territorial e estabelece novos limites para a zona urbana da cidade de Juazeiro do Norte.

LUSTOSA, R. **100 Anos de Juazeiro Registrados no Cordel 1911-2011**. Juazeiro do Norte: HB Gráfica, 2011. 110 p.

METELO, C. et al. O Papel Da Rede De Serviços E Equipamentos Sociais. *Revista Sociedade e Trabalho*, n. 41, 1º ed, dez, 2010. Disponível em: < http://www.gep.msess.gov.pt/edicoes/revistasociedade/41_5.pdf >. Acesso em: 10 maio 2016.

MATHEUS. E, V. **Humaniza SUS**. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/233-sas-raiz/humanizasus/13-humanizasus/8608-quem-somos>>. Acesso em: 14 maio 2016.

MATTA, G; C. MOROSINI, M. V. G. **Atenção Primária à Saúde**. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/ateprisau.html>>. Acesso em: 14 maio 2016.

MORAES, Paulo Roberto. **Geografia geral e do Brasil**. 4 ed. São Paulo: HARBRA, 2011, p. 12.

OLIVEIRA, E, M; SIPRI, W, C. Programa Saúde da Família: A Experiência de Equipe Multiprofissional. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 40, n. 4, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000500025>. Acesso em: 10 maio 2016.

OLIVEIRA, I. F. de; et al. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. **Psicologia&Sociedade**, vol.23, n.spe, pp.140-149. ISSN 0102-7182. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000400017>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

PESSOA, E. A. A Constituição Federal e os Direitos Sociais Básicos ao Cidadão Brasileiro . In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 89, jun 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9623>. Acesso em 22 maio 2016.

QUINONERO, C. G.; et al. Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS. **O Social em questão**. Rio de Janeiro, v. XVII, n 30, p. 47-69, ago. 2013.

ROMAGNOLI, R. C. **A cartografia e a relação pesquisa e vida**. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, vol. 21, núm. 2, maio-ago. 2009. p. 166-173.

SANTOS, A. A.; PEKELMAN, R. **A escola, o território e o lugar** – A promoção de espaços de saúde. *Revista Okara*, João Pessoa, vol. 2, 2008, p. 1-127.

SEVERINO, A. J. Educação, trabalho e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana do atual cenário histórico. **São Paulo em Perspectiva**. vol.14 no.2 São Paulo, p. 65-71 , 2000.

SILVA, K. L ; RODRIGUES. A. T. Ações intersetoriais para promoção da saúde na Estratégia Saúde da Família: experiências, desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, set./out.



Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia

Id on Line Multidisciplinary and Psychology Journal

2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n5/11.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

SILVEIRA, J. I. Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e práticas. In: BATTINI, O. (org.). **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora, 2007. 190 p.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

CALDAS, I.B.F.; REIS, A.E.S.; SILVA, B.M.P.; OLIVEIRA, E.C.; SISNANDO, H.V.P.; OLIVEIRA, H.C.D.; BEZERRA, H.S.M.; SILVA, I.C.A.; FREITAS, J.F.; ARAÚJO, M.L.G.F.; MARANHÃO, T.L.G. Cartografia: Vivências em Território de Práticas em psicologia. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Julho de 2016, vol.,10 n.30, Supl 1. p. 269-301. ISSN 1981-1179.

Recebido: 11/06/2016

Aceito: 18/06/2016